

AS POLÍTICAS DE DEMOCRATIZAÇÃO DA UFS, ESPAÇO DE DESAFIOS E CONTRADIÇÕES

Democratization policies of the UFS, space of challenges and contradictionsSuzana Mary de Andrade NUNES^{1*}; Maria Helena Santana CRUZ²¹ Curso de Letras/Espanhol, Faculdade Estácio de Sergipe² Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe

*suzanamary@hotmail.com

(Recebido em 15 de abril de 2016; aceito em 26 de maio de 2016)

Este estudo reflete sobre as políticas de investimento para Educação Superior nas Instituições Federais da Educação Superior – IFES –, no Brasil, mais especificamente, da Universidade Federal de Sergipe. Nós adotamos uma abordagem qualitativa, na qual privilegamos análises críticas acerca da execução de políticas democratizante de usufruto à cidadania, através da igualdade de direitos e a consequente justiça social. Assim, desenhamos os espaços da educação superior como cenários de desafios e contradições ao destacarmos reflexões no eixo das resistências, por um lado, e o da reprodução da cultura da desigualdade, por outro lado, reforçando-a, por meio das suas práticas político-pedagógicas.

Palavras chave: UFS, Justiça Social, Políticas públicas para educação superior.

This study reflects on investment policies for Higher Education in Federal Institutions of Higher Education – IFES –, in Brazil, more specifically, of the Federal University of Sergipe. We adopt qualitative approach, in which we focus critical analysis about of the execution democratizing policies of usufruct to citizenship, through of the equality of rights and the consequent social justice. Thus, we draw the sceneries of challenges and contradictions to highlight reflections on the axis of resistance, on the one hand, and of the reproduction of the culture of the inequality, on the other hand, reinforcing it through its political-pedagogical practices.

keywords: UFS, Social justice, Public policies for higher education.

1. INTRODUÇÃO

As pesquisas sobre as Instituições Federais de Educação Superior – IFES, no Brasil, ainda são restritas e recentes por se tratar, historicamente, de instituições influenciadas pelo modelo humboldtano em que preze à preservação das influências externas com a presunção exequível de estabelecer a imparcialidade dos serviços prestados na produção do conhecimento e da cientificidade.

As instituições de educação superior foram espaços de produção e disseminação da cultura produzida pela humanidade, em oposição, estabeleceram-se barreiras de proteção entre quem produzia e para quem se produzia a cultura acadêmica a ponto ‘da narrativa institucional de educação superior’, sob a vanguarda da modernidade, refletisse atribuições ou papéis aos intelectuais enquanto “produtores do conhecimento racional e servidores da razão, por sua vez, portadores da verdade, no qual se configura a partir da transmissão do que fazer, como se

comportar, que objetivos devem ser perseguidos e através de que meios” a sociedade constitui os seus valores, mentalidades e comportamentos. (MAGALHÃES, 2004, p. 40).

Há, no presente, um devido mal-estar nas instituições de educação superior em recepcionar os valores, mentalidades e comportamentos produzidos na sociedade que insistem e já influenciam-na como imprescindível componente da prática pedagógica e dos objetivos a serem alcançados por seus pertencentes na dinâmica de formação e qualificação profissional. A influência econômica tem transformado o conhecimento em modelo de produção capitalista “[...] o mito de que o sistema de livre mercado é o único mecanismo que garanta a liberdade humana e sustenta a democracia” (BAUMAN, 2014, p. 169). Para o autor, há uma condescendência entre os seus pertencentes em aceitar a influência e inserção de mercado, mesmo aqueles poucos que sentem vontade de protestar, mas que não reúnem coragem para tal empreendimento.

Sob esta perspectiva, desmancham as ‘imagens de cera’ construídas, historicamente, em que os sujeitos da educação superior já não são referências para sociedade, ao passo que surge outras categorias que passam concorrer espaços estruturantes no que tange à formação de valores, mentalidades e comportamentos.

As análises destacam que o conhecimento passa pelo crivo de mercado e, por sua vez, torna-se produto de consumo e objeto de circulação de capital, de modo que uma versão representacional entre as políticas públicas da educação e o modus operandi da UFS contemporizam a gestão dos serviços públicos: execução das políticas de educação superior e a execução da gestão dos serviços universitários nas três dimensões – ensino, pesquisa e extensão –, apontando contradições que instabilizam a credibilidade e, por sua vez, fragiliza o inquestionável legado de produtor e transmissor de conhecimento que se traduz em produto de relevância social. Para tanto, a concepção de (VEIGA; AMARAL, 2010) ao retomar o pensamento de (NAEVE, 2002) que estabelece pela primeira vez a diferença entre país político e país real aplicado ao campo da educação superior “O país político é dominado pelo campo oficial e pelo discurso político (e.g. Comissão Europeia e governos nacionais) e o país real é dominado pelo campo pedagógico e pelas dinâmicas institucionais.” (VEIGA; AMARAL, 2010, p. 30). Com isso, entendemos que no país real o impacto e opiniões das áreas políticas: reforma pedagógica, internacionalização e qualidade pedagógicas arbitram a cultura da reprodução e das mudanças em consonância com outros segmentos institucionais.

Situamos, portanto, um cenário de desafios e contradições na UFS e das demais IFES, uma vez que, a execução de políticas públicas reflete, incisivamente, na condução da produção do conhecimento por meio das relações que se estabelecem interinstitucionalmente.

As atividades realizadas na UFS sofrem também as influências dos espaços geográfico que constituem a expressão da regionalidade em que a sociedade e a instituição está inserida, bem como

as interferências diretas da geopolítica nacional que, por sua vez, implementam projetos e programas para educação superior sob a égide de critérios e escalonamentos de expectativas de mercado, no qual privilegiam determinadas regiões e grupos sociais em detrimentos de outras regiões e outros grupos sociais.

Pretendemos analisar, neste estudo, as políticas de investimento em Instituições Federais da Educação Superior do Brasil, as IFES, mais especificamente, a Universidade Federal de Sergipe – UFS, após o período considerado de ‘sucateamento das universidades’, década de 90 do século XX e o processo de transição nomeado de ‘expansão das universidades’, primeira década do século XXI, a fim de desenhar um cenário representacional por meio do questionamento acerca do programa de expansão da educação superior implementado no governo Lula e seguido no governo Dilma.

Nesse processo de escrita, questionamos a reprodução de comportamentos, valores e mentalidades da sociedade, conseqüentemente, do corpo político em vigência no Brasil, cujos programas e projetos são pensados e executados para as universidades. Assim, esperamos diante do exposto colocarmos em xeque o princípio de imparcialidade e de não influência externa na produção do conhecimento que consiste em um salvo-conduto da igualdade de direitos estabelecido pelo estado democrático.

Para desenvolver o estudo, dividimos o artigo em duas sessões: a primeira sessão versa sobre a apresentação transicional dos espaços da UFS, sob a ótica do programa de expansão da educação superior e a sua execução, de modo que destacamos as mudanças ocorridas nos espaços das instituições ou possíveis desvios na ordem observada entre a realidade e os projetos de execução das políticas públicas para educação superior. Esta sessão é intitulada “A UFS canteiro de obras críticas e criativas”. Na segunda sessão, a narrativa acerca da execução do programa de expansão no sentido de esclarecer como estes espaços refletem os valores, mentalidades e comportamentos da sociedade, por sua vez, questionamos tanto a prerrogativa legal de igualdade de direitos como a promoção de mudanças sociais reflexo das execuções das políticas públicas, se bem que, no imediato das análises ora realizadas ainda não seja possível abstrairmos as ressonâncias que elas ocasionarão ou quais mecanismos poderão surgir para contê-las, a fim de manter a estabilidade social. A segunda sessão intitulamos “Narrativas da UFS, espaço de desafios e contradições”.

2. A UFS CANTEIRO DE OBRAS CRÍTICAS E CRIATIVAS

A UFS, espaço institucional de educação superior com regulamentos próprios salvaguardados pela LDB de 20 de dezembro de 1996, nos artigos 53 e 54, registros legais que amparam a autonomia universitária, cuja organização institucional se conjuga por meio de um quadro institucional com singularidades, desafios e contradições vistos, sob a perspectiva das

diferenças e semelhanças interinstitucional no cenário brasileiro. Assim, se conjuga a urgência de políticas públicas diferenciadas no sentido de se alcançar a equidade prevista pelo estado de direito em diferentes regiões brasileiras.

Bauman (2005) reporta a categoria de espaço público, sob o ponto de vista de comunidade, que sinaliza para o aspecto de pertencimento, ausência de diferença e de sentimento de espaço “purificado” longe da competição e da negociação, uma vez que todos têm um projeto em comum. A ideia de comunidade consagrando a posição de estar juntos por semelhança elide a presença de vigilância ou esforço de tornar-se um espaço de “consumo” e de equilíbrio entre liberdade e segurança. Em acordo ao conceito de Bauman (2005), afirmamos que o espaço docente da UFS pode ser analisado sob o vértice designatório de comunidade. A comunidade universitária em que privilegia os interesses individuais e coletivos, uma vez que, a autonomia da vigilância e supervisão do poder estatal aponta para o contexto político com ênfase nas bases constitucionais de direito às liberdades individuais, cujos direitos e deveres são postos pela ordem da igualdade, através da inserção via seleção de concurso público e de mesmas condições de trabalho para os seus pertencentes. Se bem que, Bauman (2014) assinala que a “educação (incluindo o ensino superior) enfrenta agora a crise mais profunda e radical de sua história rica em crises [...]”, visto que, os valores e mentalidades e comportamentos estão condicionados pela crise, refletindo na própria razão de ser.

Bourdieu (2008) analisa o espaço sob a perspectiva de circulação e de interlocução com os sujeitos, nele, o autor afirma o reconhecimento do “agente” naquilo que faz em consonância ao espaço social que emerge sobre o espacial. Sob este ponto de vista, a relação de poder que perpetua valor e força de mão de obra especializados oriundos das regiões Sul e Sudeste do Brasil em detrimento das regiões Norte e Nordeste, de modo que a conjectura política e econômica legitima a concepção de espaço na liberação de verbas para as universidades em regiões privilegiadas do país, bem como as expectativas profissionais relacionadas ao espaço de formação e qualificação do trabalhador/a.

A sinalização das mudanças ocorridas no cenário institucional intermediado pelas políticas do estado neoliberal e de redemocratização com a inclusão e consolidação de parte da população brasileira ativa no mercado de trabalho e na educação superior, bem como, a ascendente coexistência de categorias de gênero, etnias, geração em instituições de educação superior apontam para necessidade de analisar as diferenças que reproduzem as desigualdades, efeito de arbitrariedades na política de redemocratização evidenciada nas distintas condições de oportunidades e recursos sociais, políticos e econômicos compreendidos, neste estudo, como mecanismos de controle que reforçam a supremacia de determinados grupos em detrimento de

outros, os quais se encontram em posições de vantagens e de desvantagens construídas pela cultura e reforçadas por sujeitos formadores de valores, mentalidades e comportamentos na sociedade.

Pelo contrário, reconhecer e manter uma tensão necessária entre igualdade e diferença, entre direitos individuais e identidades grupais, é o que possibilita encontrarmos resultados melhores e mais democráticos. [...]. Argumentarei, ao contrário, que indivíduos e grupos, que igualdade e diferença não são opostos, mas conceitos interdependentes que estão necessariamente em tensão. As tensões se resolvem de forma historicamente específicas e necessitam ser analisadas nas suas incorporações políticas particulares e não como escolhas morais e éticas intemporais. (SCOTT, 2005, p. 12 - 14).

É importante ressaltar que mesmo ao levar em consideração o trabalho docente nas IFES como instrumento legítimo da inclusão social via redemocratização da educação superior, assim como, ao considerar que os docentes destas instituições tornam-se sujeitos de poder pelo grau de conhecimento e do favorecimento meritocrático, mesmo assim, percebemos situações de desvantagem diante dos impasses e suscetíveis enfrentamentos presentes, anacronicamente, entre as mudanças impulsionadas pelas políticas governamentais e de estado e as reivindicações dos movimentos sindicalistas de docentes para manutenção de direitos assegurados constitucionalmente. Com isso, emergenciam contradições geradoras de embates entre as práticas que perpetuam valores, mentalidades e comportamentos construídos culturalmente e o conhecimento libertador e de promoção a autonomia da sociedade, de modo que a aquisição do conhecimento colide, nitidamente, com os ideais de democratização e de alcance à justiça social.

As políticas redemocratizantes implementadas, mais especificamente, na década de 80 do século XX são resultado de um conjunto de reivindicações impressas pela luta e conquista dos movimentos sociais em conformidade com os interesses econômicos do sistema neoliberal, o qual se caracteriza pela instabilidade econômica, a reestruturação produtiva, flexibilização da legislação trabalhista, precarização do trabalhador/a (CRUZ, 2012, p.13). Deste modo, podemos afirmar que o modelo econômico neoliberal norteia a promoção de mudanças de valores, mentalidades e comportamentos da sociedade, de modo que atinja, proficuamente, a vida dos sujeitos que passam a sentir-se contemplados ao acesso à educação superior, à inserção do mercado de trabalho e, por conseguinte, a ascensão social, política e econômica, através de um processo de formação e qualificação profissional legitimado pelas IFES.

Young (2002) assinala:

Acreditamos que a democracia é a melhor forma política restringindo governantes dos abusos de poder que são as suas tentações inevitáveis. Somente em um sistema político democrático em que todos os membros de uma sociedade em princípio, têm a mesma oportunidade de tentar influenciar na política pública para servir ou proteger o seu interesse. A julgar pelas afirmações feitas frequentemente em debates públicos, por fim, também acreditamos que o processo democrático é o melhor meio para a mudança das condições de injustiça a promover a justiça. [...]. Não é a nossa sociedade ideal, no entanto,

no sentido previsto pela teoria. No mundo real, algumas pessoas e grupos têm significativamente maior capacidade de usar processos democráticos para seus próprios fins, enquanto outros são excluídos ou marginalizados [...]. (YOUNG, 2002, p. 17).

Em meio aos impasses sociais diante das categorias de gênero, etnias, geração e classe vistas como campo de tensão e contradição, cujos ditos estão sempre diante da contestação ou de mais um apêndice a ser analisado. Partimos de uma constatação factível e inquestionável sobre as mudanças de mentalidade, valores e comportamentos ocorridos na geopolítica institucional, a fim de destacar a coexistência de ideias díspares e subliminar no âmbito institucional, profissional e pessoal em oposição à reprodução da desigualdade no tocante às questões das singularidades e diversidade dos corpos. Assinalamos que, a partir da política de redemocratização emerge um novo significante na cadeia de produção de sentidos consonantes aos direitos e deveres à cidadania.

Compreendemos que as leituras representacionais não podem ser analisadas sob o fluxo da volatilidade ou da consistência amorfa, pois corre o risco de não se aprofundar em aspectos estruturais que se reverberam e que entram em conexão ao eixo inovador e superficial que constitui e se articulam arbitrariamente na estruturação da representação. Buscamos, portanto, convergir o conceito de representação com o de identidades, segundo concepção de Hall (1997) [...], as representações estão constantemente expostas ao jogo do “deslizamento do significado”, [...] a identidade é ativamente produzida na e por meio da representação, [...] (HALL, 1997, p. 25; 47). Desse modo, os resultados das análises não podem ser vistos como verdades prontas e acabadas, mas em processo contínuo em direções convergentes, uma vez que, a inovação nem sempre conduz, exclusivamente, ao novo; ela pode apresentar-se revestida de ideias conservadoras e retrógradas.

Nesse sentido, este estudo versa sobre as IFES em conjunção com a dinâmica de mudanças previstas pela aquisição ao direito à cidadania, a igualdade e justiça social em promoção aos sujeitos, ao passo que se torna espaço propício para execução e êxito destes princípios humanos. As políticas públicas executadas nos dois últimos governos abrem a precedência de acesso ao direito a educação superior seja como docente; seja como estudante, de modo que abre, concomitantemente, a discussão sobre o que representa direitos ou privilégios. As ações do programa de expansão das universidades federais do norte-nordeste, da qual a UFS integra-se ao se tornar objeto e instrumento das políticas sociais, econômicas e políticas governamentais viabilizam as demandas e ofertas de vagas de trabalho qualificado a serem preenchidas por sujeitos nordestinos, negros e de origem das classes menos privilegiadas.

3. NARRATIVAS DA UFS, ESPAÇO DE DESAFIOS E CONTRADIÇÕES

A UFS, instituição empregatícia e de formação educacional abre vagas tanto para preencher o quadro de trabalho – docente e administrativo –, bem como oferece vagas de diferentes cursos e

áreas do conhecimento de modo a serem preenchidas pela população. Neste influxo, desde a sua criação para cá,¹ os/as trabalhadores/as são inseridos no mercado de trabalho docente nas IFES para tornarem-se suporte instrumental das políticas de estado em um determinado período e em determinado projeto político. Desde 2006, a UFS aderiu ao programa REUNI – Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, de modo que os seus objetivos e princípios institucionais se amalgamam aos interesses do estado brasileiro em vigência e aos interesses econômicos que demandam a criação e ampliação de universidades.

Há controvérsias acerca da adesão das universidades ao programa REUNI, bem como às suas finalidades reais, uma vez que as políticas de educação superior traçadas pelo governo buscam atender em contraponto a outros programas também implementados pela política em execução do MEC no que se refere às IES e aos financiamentos da educação superior em instituições privadas “deve-se enfatizar que, diferentemente do proposto pelos movimentos de defesa da Escola Pública, a expansão propiciada pelo PRoUni é feita mediante expansão da rede pública de ensino; ao contrário, segue a tendência da década anterior, de expansão do setor privado [...]” (BELLONI, 2010, p. 155).

Ainda, as críticas declinam sobre o projeto de expansão da educação superior nas IFES e os mecanismos de descentralização e flexibilização para educação superior como política estrutural do projeto de estado em execução pelo governo federal, através da implantação de programas para educação superior em instituições privadas de ensino, a fim de criar expectativas na viabilização econômica tanto no âmbito das instituições públicas e privadas de maneira distintas, mas que correspondam às expectativas de superávit dos números em adesão pela população com o intuito de inseri-la, através das ofertas em diferentes cursos e em diferentes áreas do conhecimento.

De um modo geral, essa nova agenda política no processo de reconfiguração da educação superior impõe à sociedade civil, aos pesquisadores da área e aos agentes institucionais que compõem o campo universitário brasileiro a tarefa de intensificar as reflexões sobre as transformações recentes e os debates atuais acerca desse nível de ensino, uma vez que temos a oportunidade histórica de influir mais concretamente na constituição de um sistema de educação superior que contribua efetivamente com a inclusão social e com a produção da sociedade mais justa e solidária (DOURADO; CATANI; OLIVEIRA, 2003, p. 29).

Toda esta ascense pela igualdade, frustra-se, quando pesquisas apontam índices de desigualdade em países como o Brasil e ao inocular aspectos de classe, gênero e etnia, uma vez que se constata um abismo entre os ricos e os pobres, bem como o elevado índice de empobrecimento

¹ Art. 1º A Universidade Federal de Sergipe, criada e mantida pela União sob a forma de Fundação, nos termos do Decreto-Lei nº 269 de 28 de fevereiro de 1967, integra o sistema Federal de Ensino Superior, com foro na Cidade de Aracaju e atuação em todo o Estado de Sergipe.

Art 2º A Universidade Federal de Sergipe gozará de autonomia didático-científica, administrativa, disciplinar e de gestões financeira e patrimonial definidas em lei, e se regerá pela legislação em vigor, pelo presente Estatuto, pelo seu Regulamento Geral e por normas de aplicação específica.

das mulheres associada às desvantagens nas condições de oferta de trabalho entre etnias, através da distribuição de cargos e funções para os/as negros/as no quadro humano das instituições e as desvantagens encontradas pela população da região norte e nordeste em ser inserida ao mercado de trabalho nas IFES do sul sudeste, ao passo que o inverso não é constatável.

É imperativo reafirmar sempre que isto reflete a realidade de um país cuja população em geral sobrevive em situação socioeconômica das mais desiguais e injustas do planeta, e no qual, mercê dos modelos de desenvolvimento e décadas de políticas educacionais conservadoras adotados pelas elites dominantes, o saber e a educação foram via de regra entendidos muito mais como mercadorias de interesse privado ou dádivas para semicidadãos, do que como bens públicos universais de interesse coletivo da cidadania (SGUISSARDI, 2009, p. 19-20).

As universidades federais aderiram ao programa implementado pelo Ministério da Educação – MEC – traduzido pela política de descentralização, flexibilização e produção, em contrapartida, elas apresentam os planos de reestruturação que contemple as políticas de governo e as necessidades específicas da instituição. As ações preveem, além do aumento de vagas, medidas como ampliação ou abertura de cursos noturnos, o aumento de número de alunos por professor, a redução de custo por aluno, a flexibilização de currículos e o combate à evasão.

A UFS² passou na primeira década do século XX por um processo de expansão com a criação de Polos Universitários no interior do estado, os quais possibilitam a implantação de novos cursos, a fim de atender a população local, circunvizinha e de outras unidades da federação brasileira. Em 2005, foi criado o Campus Alberto de Carvalho, o Campus de Itabaiana, regulamentado pelo parecer nº 19/2005/CONSU de 25 de novembro de 2005; em 2006, foi criado o Campus de Laranjeiras em 10 de novembro de 2006 pela lei nº 48/2006/CONSU e em 25 de setembro de 2009, criação do Campus de Lagarto, Campus Professor Antônio Garcia Filho, regulamentado pela lei nº 36/2009/CONSU.

O universo populacional ³da UFS, em 2013, conta com um quantitativo de 1370 docentes distribuídos nos Campus de São Cristóvão, Itabaiana, Laranjeiras e Lagarto, sendo que em São Cristóvão compreende um total de 1082 docentes, distribuídos em 469 mulheres e 612 homens; no Campus de Itabaiana consta um total de 115 docentes, sendo que 56 são do sexo feminino e 59 são masculinos; no Campus de Laranjeiras conta com 56 docentes, 29 são mulheres e 27 são homens; no Campus de Lagarto possui um quantitativo de 118 docentes, distribuídos em 41 mulheres e 77 homens. O universo desta pesquisa compreende o quadro docente da UFS no Campus de São Cristóvão distribuídos em cinco centros – CCET, CCBS, CECH, CCSA, CCAA⁴. Logo os dados

² O HU é um hospital escola vinculado à Universidade Federal de Sergipe desde 1984, que presta assistência médico-hospitalar de média e alta complexidade, sendo referência no sistema único de saúde.

³ Dados cedidos pelo Departamento Pessoal da UFS.

⁴ Em 2013, cria-se mais um centro, o CCAA, em 29 de julho de 2013 e regulamentado pelo Parecer nº 34/2013/CONSU.

cedidos pelo Departamento Pessoal da UFS permite a compreensão do processo de “sucateamento das universidades brasileiras na década de 90”, ao passo que direciona para o investimento e repasse de recursos do governo federal, a fim de colocar em execução o projeto de expansão na primeira década do século XX⁵, através da ampliação física e pedagógica da UFS com a criação de novos campus e cursos, a aquisição de novos equipamentos para operacionalização de pesquisas e suporte didático nas salas de aula, contratação e ampliação do quadro docente e administrativo, através de concursos públicos.

O cenário apresenta um espaço heterogêneo com docentes oriundos das cinco regiões do Brasil, ao passo que se percebe um quantitativo menor de sergipanas/os⁶, reflexo da herança de desigualdade em investimento inter-regional, se bem que, sob um outro olhar, vislumbra-se o fenômeno de transculturação na interculturalidade. Evidencia-se a passagem de conflitos subjetivos dos docentes devido às diferenças culturais, os quais se impõem de maneira positiva, quando há um desejo de adaptação e de contribuição para o avanço do ensino, da pesquisa e extensão da UFS, mas, de maneira negativa, quando os docentes apresentam um alto nível de objeções, contestações e inadaptabilidade com a realidade nordestina e da instituição. Adentrar nestes diferentes espaços significou transcorrer em diferentes elementos físicos, psicológicos e sociais. As nuances que dão suporte ao planejamento arquitetônico diferenciado em observação da própria cultura acadêmica: o comportamento e atitudes dos estudantes e trabalhadoras/es ao transitarem pelos corredores institucionais; os comportamentos presentes nos encontros entre colegas e alunos; o registro do cotidiano no trabalho da equipe administrativa; a maneira como a equipe administrativa passava informações quando solicitados; iniciativa e receptividade diante das demandas informativas sobre as/os docentes do departamento que faz parte do programa de pós-graduação, entre outros aspectos.

Neste percurso de observação dos espaços e de contato com os sujeitos humanos que constituem a UFS, constatamos que o tempo de trabalho é flexível, assim, o contato com a docência foi restrito àqueles que se encontravam na instituição por se tratar do chefe de departamento ou por estar em horário de aula. Portanto, é necessário identificar o horário da aula para poder encontrar os/as docentes na instituição ou por meio de suporte digital cedido pelo setor administrativo ou através da lista de e-mails quando está atualizada no SIGAA e/ou nos departamentos ou programas de pós-graduação.

A implantação do SIGAA, do sistema digital, enquadra-se na política de educação e de flexibilização do trabalho em instituições de educação superior visto sob diferentes perspectivas: favorece o trabalho realizado pela docência a ser realizado em suas residências, mas, por outro lado, o trabalho passa a ser extensão na vida familiar. Assim, a não rigidez no cumprimento de horário

⁵ Iniciado com o governo Lula e posto em processo de continuidade no Governo de Dilma Rousseff.

⁶ Os dados cedidos pelo Departamento Pessoal da UFS/setembro de 2013

exige a administração de metas e taxas de produtividade nas dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão, ao passo que merece ser analisado, mais minuciosamente, para não só exaltarmos os interesses do modelo econômico, não obstante, recaíam, concomitantemente, a interesses dos docentes.

4. CONCLUSÃO

A inserção dos grupos excluídos nas universidades a fim de promover o investimento na carreira, através da educação superior estão atrelados à política estatal de democratização da educação superior em conjunção com as medidas de execução do projeto neoliberal e as reivindicações dos movimentos sociais. Por sua vez, as narrativas institucionais veiculam o ponto de vista empírico ao teórico, de modo que privilegia ou reforça a produção do conhecimento científico, assim como, traz novos questionamentos, críticas ao serem introduzidos novos comportamentos, atitudes, valores e mentalidades à cultura sergipana em harmonia com a transculturação forjada, através das novas tecnologias e o pensamento irradiado pela globalização.

Portanto, o encurtamento do tempo e espaço trazidos pelas novas tecnologias; a disseminação da produção científica concorrente e partidária da política nacional e internacional; a hibridez cultural efeito da naturalidade e nacionalidade compõem o trabalho docente das instituições da educação superior, bem como a circulação da linguagem comunicacional travadas em contextos da vida privada e da vida pública são considerados roteiros de recolhimento e análise deste estudo no sentido de capturar valores e mentalidades que espraiam nos cenários educativos das IFES, mais especificamente da UFS, os quais apontam para asserção das diferenças de gênero, etnias, classe, gerações como uma construção relacional inscrita pelo campo de conflito e tensão do e entre os sujeitos humanos e, por sua vez, entre as instituições brasileiras.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Amaral, A., Vicente A. & Fernando, Ana Catarina (2015). *Pensar a Avaliação do Ensino Superior: proposta para um debate indispensável*. Vida Econômica: Porto.

Bauman, Z. (2005). *Identidade*. Rio de Janeiro/RJ: Jorge Zahar Ed.

_____. (2014). *Cegueira Moral*. Rio de Janeiro/RJ: Jorge Zahar Ed.

BELLONI, I. (2010). A Educação Superior dez anos depois da LDB/1996. BRZEZINSKI, I (org.). In.: *LDB Dez Anos Depois: reinterpretação sob diversos olhares*. São Paulo: Editora Cortez, (pp. 149-166).

Bourdieu, P. (2005). *A economia das coisas simbólicas*. São Paulo/SP; Perspectiva.

_____. (2008). *Miséria do Mundo*. Petrópolis/RJ: Vozes.

Dourado L.; Catani A.; Oliveira J. (2003). *Política e Gestão da educação Superior*. Porto Alegre RS: Ed. Xamã.

Mancebo, D. & Fávero, M. L A. (org.) (2004). *Universidade: Políticas, avaliação e trabalho docente*. (pp. 31-51) São Paulo: Cortez.

Magalhães, A. (2004). *Identidade do Ensino Superior: política, conhecimento e educação numa época de transição*. Fundação Calouste.

Veiga, A. & AMARAL, A. (2011). *Uma interpretação do olhar da História sobre Bolonha*. (pp. 29-40). Revista da FLUP - Porto, IV Série, vol. 1.

SGUISSARDI, V. (2009). *Universidade Brasileira no século XXI: desafios do presente*. São Paulo: Cortez Editora.